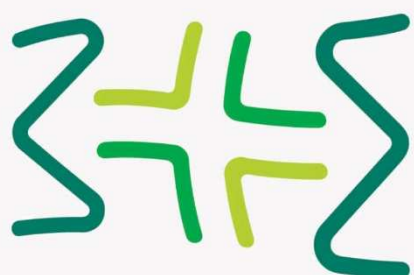




CARTILHA DE ORIENTAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE NOVAS COOPERATIVAS



Fencom

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

ÍNDICE

1. COOPERATIVISMO
 2. FENCOM – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
 3. PRODUTOS E SERVIÇOS FENCOM
 4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
 5. CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
 - O que é cooperativa?
 - O que é necessário para constituir uma cooperativa de trabalho médico?
 - Quais são os procedimentos iniciais necessários para constituir uma sociedade cooperativa?
 - O que deve constar na Ata de Constituição de uma cooperativa?
 - O que deve constar no Estatuto Social de uma cooperativa?
 - Confeccionadas a Ata de Constituição e o Estatuto Social, qual o próximo passo?
 - Filiação à Fencom
 - Obrigações da Cooperativa
 6. TRIBUTAÇÃO E REPASSE
-
- Anexo 1: Modelo básico de Ata de Constituição
 - Anexo 2: Estatuto Social Da Cooperativa



1. COOPERATIVISMO

Diante do cenário de competitividade do mundo atual, novas formas de organização têm surgido e outras já existentes têm se mostrado mais adequadas à superação dos desafios, entre elas temos o cooperativismo. O seu conceito foi idealizado por diversos precursores e concretizou-se em 1844 na Inglaterra, quando um grupo de tecelões criou uma associação que mais tarde veio a se chamar cooperativa. Desde então, as cooperativas existem em vários setores e em todo mundo. Os princípios cooperativistas foram preservados em sua essência, sendo apenas readequados às novas realidades:

- Ajuda mútua
- Igualdade
- Equidade
- Solidariedade
- Democracia
- Liberdade
- Honestidade
- Responsabilidade social
- Cuidado mútuo

Sendo assim, as organizações cooperativas são consideradas as mais justas, pois a ênfase de seus princípios se dá na ajuda mútua e na solidariedade entre os sócios e na liberdade de escolha da forma de trabalho.

Na cooperativa, todos têm direitos e responsabilidades iguais e podem participar da gestão através da participação nas Assembleias Gerais, onde o voto é igualitário e os dirigentes são eleitos por voto direto de cada um dos cooperados.

Existem, dentre os vários segmentos cooperativistas, as cooperativas de trabalho, que começaram no Brasil a partir de 1932, operando normalmente no mercado, através da oferta de serviços sob a forma de consultoria, treinamento, transporte, segurança limpeza e outros serviços especializados, no meio urbano e, mais recentemente, no meio rural. Em 16 de dezembro de 1971 foi editada a lei 5.764, que define a política de cooperativismo no país e regulamenta a sua operacionalização em todo território nacional. A partir da Constituição de 1988 as cooperativas passaram a exercer seu próprio controle através da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que tem em cada estado seu representante, as OCEs.



2. FENCOM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

A Fencom - Federação Nacional das Cooperativas Médicas foi constituída em 26 de maio de 1994 e registrada em 9 de setembro do mesmo ano, pela iniciativa de seis cooperativas: Felicoop, Santacoop, Matercoop, Gincoop, Coopaneste-MG e Coopbaleia. Buscava-se então, a união das forças do cooperativismo de trabalho com o objetivo de elaborar planos de ação em benefício da categoria e fomentar o intercâmbio de serviços e informações de interesse da classe médica. Hoje, a Fencom conta com um total de 42 filiadas e concentra suas atividades na reelaboração da relação com os compradores de serviços que, há muito tempo, está bastante deteriorada.

A criação de uma entidade central tem permitido ampliar o raio de atuação e a implementação da atividade política em defesa dos interesses da categoria e do cooperativismo, sendo mais uma força a somar com o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelas entidades estaduais e federais da categoria.

A partir de 2005, a Fencom consolidou-se como força representativa das cooperativas médicas, tornando-se uma federação com atuação nacional. Sua abrangência garante maior poder nas negociações e nas atividades institucionais em defesa das condições de trabalho, necessidades e interesses profissionais.

Atenta às mudanças que geram novas necessidades, a Fencom tem investido na implantação de uma estrutura eficiente, capaz de fornecer às suas singulares o suporte necessário ao seu desenvolvimento, promovendo o aprimoramento dos serviços através dos programas de reestruturação, que visam, principalmente, a automação dos processos e racionalização dos custos.

3. PRODUTOS E SERVIÇOS FENCOM: SOLUÇÕES PARA FORTALECER A SAÚDE DAS COOPERATIVAS

SASC

Software de gestão, desenvolvido pela Fencom, que revolucionou o funcionamento das cooperativas de trabalho médico. O sistema organiza todo o fluxo operacional das cooperativas gerando ganho de tempo, de eficiência e a criação de um valioso banco de dados.

Portal Fencom: www.fencom.com.br

Desenvolvido para fornecer informações atualizadas às filiadas e a seus cooperados. Vale destacar a ferramenta de Informações Financeiras, que permite que o médico consulte seus repasses de honorários, relação de atendimentos e estatísticas detalhadas de produção.

Assessoria em TI

Visitas preventivas, atendimento in loco e remoto para a solução de problemas, orientações sobre segurança e bom uso de hardware, software e internet.

Assessoria Jurídica



Equipe especializada à disposição das cooperativas, pronta a prestar esclarecimentos e orientações jurídicas quanto a novas leis, realização de assembleias, acompanhamento de questões tributárias, etc.

Assessoria em Comunicação

Ajuda especializada para ações de comunicação, garantindo o melhor custo/benefício.

Cartão de Vantagens

Com ele, cooperados e funcionários das cooperativas filiadas obtém descontos em diversos estabelecimentos comerciais.

Cursos e Treinamentos

A Fencom oferece suporte ao trabalho dos profissionais responsáveis pela rotina de gerenciamento, organizando seminários, cursos e treinamentos - operacionais e estratégicos - para orientar dirigentes e gestores.

Parceria com Seguros Unimed

Os cooperados das cooperativas filiadas têm acesso a todos os produtos da Unimed Seguros, especialista em oferecer soluções para profissionais da área de saúde em diversos segmentos, com preços e condições diferenciados.

4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Reuniões Periódicas – encontro de gerentes, treinamento introdutório de novatos, reuniões de diretores, curso de desenvolvimento de dirigentes, treinamentos SASC e visitas periódicas às cooperativas.

Boletins Eletrônicos – enviados periodicamente por e-mail, tratando de assuntos relevantes para as cooperativas, com informações sobre cursos, reuniões, treinamentos e outros.

Portal Fencom (www.fencom.com.br) – Em constante evolução, o portal Fencom foi desenvolvido para fornecer informações atualizadas às filiadas e cooperados. Vale destacar a ferramenta de Informações Financeiras, que permite que o médico consulte seus repasses, relação de atendimentos, estatísticas detalhadas de produção e outros, de forma simples, rápida e segura.



5. CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

- O que é cooperativa?

Cooperativa é um tipo de sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas, sendo admitida, excepcionalmente, a participação de pessoas jurídicas. É regida principalmente pelas Leis Federais 5.764/71, 10.406/02 (Código Civil) e 12.690/12.

- O que é necessário para constituir uma cooperativa de trabalho médico?

As cooperativas nascem da iniciativa das pessoas que têm necessidades comuns, com um projeto de negócio viável. Neste projeto é essencial um estudo profissional da sua viabilidade econômica, como, por exemplo, o custo que a cooperativa terá para se constituir e, principalmente, para se manter.

Todos os associados, ao ingressarem na cooperativa, deverão subscrever e integralizar as quotas de capital social estabelecidas no Estatuto.

O custeio das despesas da cooperativa será feito, necessariamente, pela cobrança de taxa de administração cobrada dos cooperados, ou descontada nos seus repasses de honorários, cujo percentual será definido conforme previsão estatutária.

- Quais são os procedimentos iniciais necessários para constituir uma sociedade cooperativa?

O primeiro ato para a constituição consiste na vontade de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas se reunirem para formar uma sociedade cooperativa. Os procedimentos iniciais para a constituição dizem respeito à realização de um projeto baseado no estudo profissional da viabilidade econômica. Caso a conclusão da referida viabilidade seja positiva, deverá ser elaborada uma Ata de Constituição e um Estatuto Social, conforme determina a legislação.

- O que deve constar na Ata de Constituição de uma cooperativa?

Artigo 15 da Lei 5.764/71:

Art. 15. O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Além dos quesitos acima, deverá constar, se for o caso, a aprovação de filiação à FENCOM – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS.

MODELO: ANEXO 1



- O que deve constar no Estatuto Social de uma cooperativa?

Deverá conter, no mínimo, as informações exigidas nos artigos 4º e 21 da lei 5.764/71, abaixo transcritos:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I- adesão voluntária, com número limitado de associados, salvo impossibilidade de técnica de prestação de serviços;
- II- variabilidade do capital social, representado por quotas-parte;
- III- limitação do número de quotas-parte do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- inacessibilidade das quotas-parte do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V- singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI- "quorum" para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII- indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- IX- neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X- prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços."

Art. 21 O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no art. 4º, deverá indicar:

- I- a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;
- II- os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;
- III- o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-parte a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-parte, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;
- IV- a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;
- V- o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;



- VI- as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;
- VII- os casos de dissolução voluntária da sociedade;
- VIII- o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;
- IX- o modo de reformar o estatuto;
- X- o número mínimo de associados.

MODELO ANEXO

- Confeccionadas a Ata de Constituição e o Estatuto Social, qual o próximo passo?

Os documentos constitutivos deverão ser encaminhados para registro na Junta Comercial do estado sede da cooperativa e para a respectiva representação estadual da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Seguirão também para a Receita Federal para a obtenção do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; e para registro na prefeitura municipal da cidade sede da cooperativa.

De maneira geral, os sites das Juntas Comerciais e das OCEs disponibilizam orientações importantes. Vale a pena consultar.

Fontes:

Lei 5.764/71 e OCEMG – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.

- Filiação à Fencom

Para associar-se à Fencom, a cooperativa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ficha de Matrícula, devidamente preenchida.
- b) Cópia da Ata de Constituição
- c) Cópia do Estatuto Social
- d) Ata da Assembleia de eleição da atual diretoria.

A Diretoria da Federação analisará o pedido de filiação, podendo deferi-lo ou não, conforme Estatuto Social, Cap.III §II.



- Obrigações da Cooperativa

Subscrever e integralizar cota capital no valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Pagar mensalmente a Taxa Administrativa, conforme regra de cálculo previamente estabelecida.

Enviar, em até 30 (trinta) dias, após a Assembleia Geral Ordinária, ou em eventual alteração da direção, cópia da ata, dados atualizados dos diretores, conselheiros fiscais, conselheiros administrativos, bem como o mandato de cada um deles.

Filiar-se à respectiva Organização das Cooperativas do seu estado (OCE) e manter os seus dados atualizados nessa entidade. Por exemplo: OCEMG (MG), OCERGS (RS).

A singular que descumprir as normas estatutárias, especialmente as obrigações previstas no Art. 7ª, incisos e parágrafos do Estatuto Social, poderá ser eliminada do quadro de filiadas.

6. TRIBUTAÇÃO E REPASSE

Opção de tributação nas sociedades cooperativas

- Lucro Presumido: forma de tributação simplificada para determinar a base de cálculo do IRPJ e da CSJLL do ato não cooperativo.
- Lucro Real: forma de tributação mais complexa na qual é apurado o Imposto de Renda e a CSLL do resultado do ato não cooperativo.

Impostos Incidentes sobre o faturamento nos atos cooperativos

- PIS: 0,65% sobre o valor bruto faturado no mês
- COFINS: 3% sobre o valor bruto faturado no mês
- ISSQN: de acordo com a Legislação Municipal

Além dos impostos próprios, a cooperativa estará sujeita à retenção de 1,5% de Imposto de Renda retido na fonte sobre as Notas Fiscais emitidas aos convênios.

Esse imposto será retido pelo convênio, que deverá repassá-lo aos cofres públicos através de DARF, cujo código de recolhimento é o 3280.

O imposto retido no código 3280 poderá ser compensado pela cooperativa através de Perdcomp ou Perdcompweb, quando do pagamento do Imposto de Renda retido do seu cooperado Pessoa Física.

Impostos Incidentes sobre os atos não cooperativos

- PIS
- COFINS
- CSLL
- IRPJ
- ISSQN



Repasse nas Cooperativas

- Repasse para cooperado Pessoa Física
 - INSS: é descontado na alíquota de 20%, observando o teto máximo. Essa contribuição será paga através do eSocial.
 - Imposto de Renda PF: é descontado de acordo com a tabela progressiva. O imposto será pago através de DARF no código de recolhimento 0588. Para apuração do DARF, a cooperativa irá considerar o valor descontado do cooperado PF (-)1,5% retido das Notas Fiscais pelos convênios.
 - Outros descontos: além dos descontos obrigatórios, a cooperativa poderá descontar suas taxas de manutenção.

- Repasse para cooperado Pessoa Jurídica

A cooperativa poderá ter em seu quadro o cooperado Pessoa Jurídica, desde que todos os sócios sejam também seus cooperados.

Normalmente, os impostos descontados no repasse da PJ são:

 - Imposto de Renda
 - Contribuição Social/IRPJ/PIS/COFINS
 - ISSQN (observar a legislação do município quanto à obrigatoriedade de retenção)



Anexo 1

Modelo básico de Ata de Constituição

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA, REALIZADA NO DIA (.....) DE DE 200....

Aos (.....) dias do mês de.....do ano de dois mil, nesta cidade de, comarca de, do Estado de, às (.....) horas, na rua (ou avenida), nº....., bairro....., reuniram-se em Assembleia Geral para o fim específico de constituir uma sociedade cooperativa, de conformidade com a Lei n.º 5.764/71, os seguintes médicos: *(Nome) (nacionalidade), (data de nascimento), (Estado Civil), (CRM/MG n.º.....), (CPF n.º.....) (residente e domiciliado em, na rua*). Foi aclamado para presidir a Assembleia o Dr....., que convidou o Dr para secretariar os trabalhos e redigir esta ata, ficando, assim, constituída a mesa. O presidente, declarando aberta a sessão, disse que a finalidade da reunião era a fundação de uma cooperativa, com a conseqüente deliberação sobre o estatuto social que, se aprovado, passará a reger a sociedade. Fez uma explanação sobre o cooperativismo e, em seguida, solicitou que a proposta do estatuto da cooperativa, cujas cópias foram distribuídas a cada um dos presentes, fosse lida, explicada e debatida, o que foi feito artigo por artigo. Terminada a leitura e após amplo debate, foi o estatuto submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Então, o presidente da Assembleia declarou definitivamente constituída a COOPERATIVA *(transcrever a denominação da cooperativa e sigla, se houver)*, com sede no município de, estado de, na rua, nº....., bairro....., com a finalidade de prestar serviços aos seus associados, tendo por objeto social*(o mesmo descrito no estatuto social já aprovado)*..... Cada um de seus associados fundadores subscreveu e integralizou, à vista e em moeda corrente no país,(.....) quotas-partes de capital social, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando um capital individual de R\$(.....).

Após, o presidente deu início à eleição dos componentes dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, tendo sido eleitos membros do **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** os Drs.(nomes), já qualificados, para um mandato até a posse dos substitutos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 20___. Entre os conselheiros, foram eleitos DIRETORES, com o mesmo mandato: *(INDICAR OS NOMES E RESPECTIVOS CARGOS)*.....



Ou:

Após, o presidente deu início à eleição dos componentes dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, tendo sido eleitos membros da **DIRETORIA** os Drs.
(*INDICAR OS NOMES E RESPECTIVOS CARGOS*), já qualificados, para um mandato até a posse dos substitutos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 20__.

Para o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 20__, foram eleitos os seguintes membros, todos já qualificados: Efetivos: (3 Nomes), Suplentes: (3 nomes) Os eleitos declararam, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração e a fiscalização da cooperativa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, de acordo com os artigos 51 da Lei 5.764/71 e parágrafo 1º, art. 1.011 do Código Civil Brasileiro. Os conselheiros fiscais declararam, ainda, que não há parentesco até o 2º grau entre os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O presidente da Assembleia declarou empossados os eleitos e convidou para assumir a direção dos trabalhos o presidente da cooperativa, Dr., que agradeceu e solicitou o apoio de todos, apresentando as suas metas de trabalho. Fez uma explanação sobre a FENCOM – Federação Nacional das Cooperativas Médicas e propôs a filiação da cooperativa à entidade, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da Assembleia de constituição e eu, Dr., já qualificado, secretário, lavrei esta ata que foi lida e aprovada pelos presentes, ficando autorizada a assinatura com certificado digital, para registro no órgão competente, pelo Dr. (.....). Declara-se que esta ata é ORIGINAL, conforme autorizado pelo parágrafo único do art. 22 da Lei nº 5.764/71.

.....,de.....de 20.....



Anexo 2

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA (.....)

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro, Área de Ação, Prazo e Exercício Social.

Art. 1º. – A **COOPERATIVA (.....)**, de responsabilidade limitada, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, tendo:

- a) Sede e administração em (.....), estado de (.....);
- b) Foro jurídico na comarca de (.....), estado de (.....);
- c) Área de admissão de cooperados em (.....sede.....) e de ação em (....*município ou região*.....), observando-se o disposto no artigo 4º, XI, da Lei nº 5.764/71;
- d) Prazo de duração indeterminado e exercício social coincidente com o ano civil.

CAPÍTULO II

Do Objeto e das Operações Sociais

Art. 2º. - A Cooperativa tem por objeto a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, profissionais autônomos definidos no artigo 4º, podendo celebrar contratos com pessoas naturais ou jurídicas, órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, sociedades sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados ou dos Municípios, empresas privadas, operadoras de planos de saúde, entidades filantrópicas e outras Cooperativas, para possibilitar a prestação de serviços por seus cooperados.

Parágrafo primeiro - Para o cumprimento de seu objeto, a Cooperativa poderá desenvolver ainda o seguinte programa de ação:

- a) Promoção do aprimoramento técnico-profissional de seus cooperados, inclusive em convênio com entidades e organizações especializadas, públicas ou privadas, no país e no exterior;
- b) Estímulo à instrução em geral e promoção, em particular, da educação sob o aspecto científico e cooperativista;
- c) Participação em campanhas de expansão do cooperativismo;
- d) Aquisição, para os seus cooperados, de equipamentos e/ou instrumentos para uso profissional nas melhores condições de qualidade e de preço;
- e) Instalação e/ou administração de espaços físicos ou estabelecimentos destinados ao exercício profissional dos seus cooperados, podendo essa utilização ser regulada por regimento interno aprovado pela diretoria;
- f) Celebração de contratos e/ou parcerias para a gestão de serviços de interesse dos seus cooperados;
- g) Participação em processos licitatórios.

Parágrafo Segundo - A Cooperativa poderá contratar serviços de terceiros para atendimento ao cooperado, com o objetivo de reciclagem e aperfeiçoamento, desde que tal faculdade atenda ao objeto social, observando, sempre, as pertinentes normas legais e regulamentares.



Parágrafo Terceiro - Os serviços disponibilizados pela Cooperativa a terceiros não cooperados, serão prestados por seus cooperados, profissionais autônomos, e apenas estes serão remunerados, por procedimentos, sendo permitido à Cooperativa o recebimento e posterior repasse dos valores recebidos, inclusive do SUS – Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Quarto - Todas as operações da Cooperativa serão praticadas sem objetivo de lucro.

Parágrafo Quinto - A cooperativa será dotada de legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus cooperados quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto destes, que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa, mediante autorização manifestada individualmente pelo cooperado ou por meio da assembleia geral que deliberar sobre a propositura da medida judicial.

Art. 3º. Todas as despesas decorrentes dos serviços oferecidos pela Cooperativa aos seus cooperados serão por estes custeadas, na proporção de sua utilização.

Parágrafo Primeiro - Para suprir as despesas operacionais, administrativas e/ou tributárias, a Cooperativa poderá cobrar ou reter mensalmente, de cada cooperado, um percentual do seu movimento financeiro, a título de taxa de administração ou custeio.

Parágrafo Segundo - Caberá à Diretoria definir, em conformidade com as necessidades da Cooperativa, o percentual da taxa supra referida.

CAPÍTULO III

Dos Cooperados

Art. 4º. - Poderão ingressar e permanecer na Cooperativa os médicos que, cumulativamente:

- a) Preenchem os requisitos legais e regulamentares inerentes ao exercício da profissão;
- b) Concordem com o presente Estatuto;
- c) Exercem as suas atividades autonomamente dentro da área de ação da Cooperativa;
- d) Não pratiquem ou tenham praticado ato ou atividade prejudicial e/ou contrário aos interesses e/ou ao objeto da Cooperativa;
- e) Não tenham se manifestado, por qualquer meio, contrários ao cooperativismo;
- f) Recebam os seus honorários por procedimentos.

Parágrafo Primeiro - O número de cooperados não terá limite, não podendo, no entanto, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Parágrafo Segundo - Excepcionalmente, poderão se associar à Cooperativa pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.

Parágrafo Terceiro – Só serão admitidas pessoas jurídicas cujos sócios, pessoas físicas, sejam também cooperados.

Art. 5º. - Para se associar, o interessado preencherá a ficha-proposta fornecida pela Cooperativa.



Parágrafo Único - Se preenchidos os requisitos de ingresso, o proponente subscreverá e integralizará as quotas-partes do capital na forma prevista neste Estatuto e assinará, juntamente com o Presidente da Cooperativa, a ficha de matrícula.

Art. 6º - A subscrição e integralização das quotas-partes do capital e a assinatura da ficha de matrícula concretizam a admissão na Cooperativa, adquirindo o cooperado todos os direitos e assumindo os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto Social e das demais deliberações da Cooperativa.

Art. 7º - São direitos do cooperado:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos nela tratados;
- b) Propor à Diretoria ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da Cooperativa e/ou dos cooperados;
- c) Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- d) Demitir-se da sociedade quando lhe convier;
- e) Solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre o funcionamento da Cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, os livros e peças do balanço geral.

Parágrafo Primeiro – Ficará impedido de votar e ser votado em Assembleias Gerais o cooperado que:

- a) Ingressar na cooperativa depois de convocada a Assembleia;
- b) For ou se tornar empregado da Cooperativa, até a Assembleia aprovar as contas do exercício social em que deixar as suas funções.

Parágrafo Segundo - As pessoas jurídicas cooperadas terão direito a voto, mas não poderão ser votadas para qualquer cargo na Cooperativa.

Art. 8º - São deveres do cooperado:

- a) Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital na forma prevista neste Estatuto e pagar as taxas referidas no art. 3º, além de outras que forem instituídas para suprir os custos e despesas adicionais da Cooperativa;
- b) Cumprir as disposições da Lei e deste Estatuto Social e as resoluções regularmente tomadas pela Diretoria e pelas Assembleias Gerais;
- c) Satisfazer pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais, o de participar ativamente da sua vida societária;
- d) Manter conta em instituição bancária indicada pela Cooperativa, para possibilitar o crédito de repasses de honorários;
- e) Concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto Social, para a cobertura das despesas da sociedade;
- f) Cumprir o que dispõem as leis pertinentes ao exercício de sua profissão, especialmente o Código de Ética;
- g) Manter atualizados os seus dados cadastrais na Cooperativa, especialmente endereço e meio de contato, atendendo prontamente aos recadastramentos determinados pela Diretoria;
- g) Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa;
- h) Participar ativamente das Assembleias Gerais;
- i) No caso de pessoa jurídica, comunicar imediatamente à Cooperativa toda e qualquer alteração contratual e apresentar cópia do documento atualizado e registrado no órgão competente.



CAPÍTULO IV

Da Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 9º. - O pedido de demissão do cooperado não poderá ser negado pela Diretoria e será averbado ou anexado à ficha de matrícula.

Art. 10. - A eliminação do cooperado, aplicada em caso de infração da lei ou deste Estatuto Social, será feita por decisão da Diretoria, com notificação por escrito ao infrator no prazo de 30 (trinta) dias. Os motivos deverão constar de termo lavrado na ficha de matrícula do cooperado, ou anexado a ela, assinado pelo Presidente da Cooperativa.

Parágrafo Primeiro - Além de outros motivos de direito, caberá a eliminação do cooperado que:

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com o seu objeto;
- b) Contrair obrigações em nome da Cooperativa, sem autorização;
- c) Depois de advertido por escrito, voltar a infringir disposição da lei, deste Estatuto Social e as resoluções da Diretoria e da Assembleia Geral.
- d) Deixar de operar com a Cooperativa por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias, salvo se apresentar previamente, e for aceito pela Diretoria, pedido justificado de afastamento.

Parágrafo Segundo – Na hipótese da letra “d” supra não caberá a eliminação do cooperado pessoa física quando a pessoa jurídica cooperada da qual for sócio estiver operando.

Parágrafo Terceiro - Notificação de eliminação será remetida ao cooperado por processo físico ou eletrônico que comprove as datas da remessa e do recebimento.

Parágrafo Quarto - O eliminado poderá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da notificação, interpor recurso à primeira Assembleia Geral que se realizar, com efeito suspensivo.

Parágrafo Quinto - Será considerada definitiva a eliminação do cooperado se:

- a) vencido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, não for interposto recurso à Assembleia Geral;
- b) o recurso for julgado improcedente pela Assembleia Geral.

Art. 11. A exclusão do cooperado será feita:

- a) por morte da pessoa física;
- b) por dissolução da pessoa jurídica;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 12. - O cooperado demitido, eliminado ou excluído terá direito à restituição do capital por ele integralizado.

Parágrafo Único – A restituição poderá, a critério da Diretoria, ser feita depois de aprovado pela Assembleia Geral o balanço do exercício em que o cooperado se desligou da Cooperativa.



CAPÍTULO V

Do Capital Social

Art. 13. - O capital da Cooperativa será representado por quotas-partes, variável de acordo com o número de quotas-partes subscritas.

Parágrafo Primeiro - O capital social da Cooperativa será subdividido em quotas-partes de valor unitário igual R\$ 1,00 (um real) e não terá limite, mas não poderá ser inferior ao valor integralizado pelo número mínimo de 20 (vinte) cooperados.

Parágrafo Segundo - A quota-parte será indivisível, intransferível a não cooperado, seu valor não poderá ser negociado, não será dada em garantia e a sua subscrição, realização, transferência ou restituição será escriturada na ficha de matrícula.

Parágrafo Terceiro - O cooperado poderá integralizar o capital social subscrito à vista ou parceladamente, por decisão da Diretoria.

Art. 14. - Ao ser admitido, cada cooperado deverá subscrever, no mínimo, o valor correspondente ao número de quotas-partes definido e aprovado pela última Assembleia Geral realizada antes da data de sua admissão.

Parágrafo Primeiro - Nenhum cooperado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral poderá autorizar a atualização monetária do valor das quotas de capital integralizadas, indicando o índice oficial que será aplicado.

CAPÍTULO VI

Dos Órgãos Sociais e Administrativos

Art. 15. - São órgãos sociais e administrativos da Cooperativa:

- I - Assembleia Geral.
- II – Diretoria.
- III - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

Da Assembleia Geral

Art. 16. - A Assembleia Geral dos cooperados, Ordinária ou Extraordinária, será o órgão supremo da Cooperativa e, dentro dos limites da lei e deste Estatuto Social, terá poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vincularão a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, poderá aprovar a criação de quaisquer conselhos ou comissões internas, com normas de funcionamento próprias, pertinentes ao exercício profissional dos cooperados e/ou que tratem de seus interesses socioeconômicos.



Art. 17. - A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente da Cooperativa, podendo eventualmente ser convocada:

- a) Por qualquer membro da Diretoria;
- b) Pelo Conselho Fiscal;
- c) Por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, desde que feita uma solicitação ao Presidente e este não a tenha atendido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 18. - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por edital afixado nas dependências mais frequentadas pelos cooperados, publicado em jornal de circulação na área de ação da Cooperativa e comunicado aos cooperados por meios físicos e/ou eletrônicos.

Parágrafo Primeiro - Não havendo no horário estabelecido quórum de instalação, a Assembleia será realizada em segunda ou terceira convocações, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

Parágrafo Segundo - As três convocações poderão ser feitas em edital único, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Parágrafo Terceiro - Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

- 1) O nome da Cooperativa, seguido pela expressão "Convocação de Assembleia Geral", Ordinária ou Extraordinária;
- 2) O dia e hora, assim como o local de sua realização;
- 3) A ordem do dia dos trabalhos;
- 4) O número de cooperados em pleno gozo dos direitos sociais, na data da convocação;
- 5) A assinatura do responsável pela convocação.

Parágrafo Quarto – No caso de a convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, pelos 4 (quatro) primeiros signatários do documento de solicitação da Assembleia, conforme artigo 17, letra "c".

Art. 19. - A instalação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária exige o "*quorum*" mínimo de:

- a) 2/3 (dois terços) dos cooperados, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos cooperados, na segunda convocação;
- c) 10 (dez) cooperados, em terceira convocação.

Parágrafo Único - O número de cooperados presentes será comprovado pela assinatura no livro ou folha de presenças.

Art. 20. - O cooperado e o ocupante de cargos de direção estarão impedidos de votar a respeito de assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, notadamente os relativos a prestação de contas e fixação de honorários da Diretoria, mas poderão participar das discussões.

Parágrafo Primeiro - Na Assembleia Geral que discutir o balanço e a prestação de contas, o Presidente, após a leitura do relatório da Diretoria, dos documentos contábeis



mais importantes e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá a reunião e convidará o plenário a indicar um cooperado para dirigir os trabalhos.

Parágrafo Segundo - Cumprido o acima disposto, o Presidente e os demais membros da Diretoria componentes da mesa irão para o plenário, onde ficarão à disposição dos cooperados para quaisquer esclarecimentos.

Art. 21. - Somente os assuntos constantes do edital de convocação, ou os que a eles se refiram direta ou indiretamente, poderão ser objeto de deliberação da Assembleia.

Art. 22. - As deliberações da Assembleia constarão de ata circunstanciada, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos por 10 (dez) cooperados presentes, pelo menos, sendo autorizada a assinatura com certificado digital, para registro no órgão competente, por um dos diretores.

Art. 23. - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples (metade mais um) dos votos dos cooperados presentes, exceto nas situações previstas no § único do art. 26.

Parágrafo Único - Cada cooperado presente terá direito a um só voto, qualquer que seja o número de quotas-partes subscritas, sendo vedada a representação por mandatário.

Art. 24 - Os cooperados que residirem em municípios localizados a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede da Cooperativa serão representados por Delegados, desde que estes não estejam no exercício de cargo eletivo e não estejam impedidos de exercer os seus direitos sociais.

Parágrafo Primeiro – Cada município terá o seu único grupo seccional, composto pelos cooperados ali residentes, que escolherão entre si um coordenador.

Parágrafo Segundo – Quando houver convocação de Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, cada grupo seccional deverá se reunir para debater a pauta e indicar, em votação aberta ou secreta, xxxx (xxx) Delegados para representá-lo, exclusivamente nessa Assembleia.

Parágrafo Terceiro – Caberá ao coordenador convocar a reunião e lavrar a ata respectiva, que deverá ser apresentada na Assembleia.

Parágrafo Quarto – Os cooperados integrantes de grupos seccionais que não forem designados Delegados poderão comparecer às Assembleias Gerais, privados, contudo, de voz e de voto.

SEÇÃO II

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 25. - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, para deliberar sobre:

- a) A prestação de contas do exercício anterior, constituída de relatório da gestão, do balanço, do demonstrativo da conta de sobras e perdas e do parecer do Conselho Fiscal;
- b) A destinação das sobras ou rateio das perdas apuradas no exercício anterior;
- c) A eleição dos ocupantes de cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;



- d) Os planos de trabalhos programados pela Diretoria para o exercício;
- e) A fixação dos honorários da Diretoria e da cédula de presença dos Conselheiros Fiscais;
- f) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos aqueles que devem ser tratados em Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo Único – A aprovação das contas pela Assembleia desonerará os administradores de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração da lei e/ou deste Estatuto Social.

SEÇÃO III

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 26. - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessária e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que previsto no edital de convocação.

Parágrafo Único - Serão de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Reforma estatutária;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento da Cooperativa;
- c) Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante;
- d) Mudança do objeto social;
- e) Aprovação das contas do liquidante.

Art. 27. - As decisões da Assembleia Geral Extraordinária relativas aos itens do parágrafo único, do artigo anterior, somente serão válidas se aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos dos cooperados presentes.

SEÇÃO IV

Da Diretoria

Art. 28. - A Cooperativa será administrada por uma Diretoria composta de 3 (três) membros, que serão eleitos para um mandato de xx (xxx) anos e denominados, respectivamente: Presidente, Diretor-Administrativo e Diretor-Financeiro.

Parágrafo Primeiro – O mandato estender-se-á até a posse dos substitutos.

Parágrafo Segundo – A Diretoria poderá ser reeleita, sem limitação de mandatos.

Parágrafo Terceiro - Não poderão compor a Diretoria os cooperados que forem ou se tornarem funcionários dos hospitais e/ou das empresas contratantes da Cooperativa, bem como aqueles que exercerem o cargo de diretor técnico dessas entidades.

Art. 29. - Os membros da Diretoria não poderão ter laços de parentesco entre si, até segundo grau, em linha reta ou colateral.

Art. 30. - Serão inelegíveis para a Diretoria, além de pessoas impedidas por Lei e por este Estatuto, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência e as relações de consumo.



Art. 31. - O cooperado, ainda que ocupante de cargo diretivo na sociedade, que, em qualquer operação, tiver interesses opostos aos da Cooperativa, não poderá participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 32. - A Diretoria deverá se reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria dos membros da própria Diretoria, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria somente poderá deliberar com a presença, nas reuniões, de pelo menos dois de seus membros, exceto nos casos de ausência e impedimento temporários previstos no artigo 33.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas pelo Diretor-Administrativo, lidas, aprovadas e assinadas por todos os membros presentes.

Art. 33. - Nas ausências e impedimentos justificados e aceitos de qualquer membro da Diretoria, por prazo inferior a 60 (sessenta) dias, poderá haver a acumulação de cargos por outro Diretor.

Parágrafo Único - A acumulação será limitada às atividades administrativas, não garantindo o direito de voto como representante do Diretor ausente ou impedido.

Art. 34. - Nos impedimentos de qualquer Diretor superior a 60 (sessenta) dias, estará caracterizada a vacância do cargo e deverá ser convocada a Assembleia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias para o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Presidente ou, na falta deste, a qualquer membro da Diretoria, convocar a Assembleia de que trata este artigo.

Parágrafo Segundo - O substituto eleito exercerá o cargo somente até o final do mandato do substituído.

Art. 35. - Perderá o cargo o membro da Diretoria que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) reuniões durante o ano, devendo ser convocada Assembleia Geral para a eleição do substituto.

Art. 36. - Dentro dos limites da Lei, e desde que não contrarie regulares deliberações da Assembleia Geral, compete à Diretoria:

- a) Definir a política, as diretrizes, os planos de atividade e aprovar as normas gerais que devem reger o funcionamento da Cooperativa;
- b) Prever e prover os recursos financeiros necessários à eficiente prestação de serviços aos cooperados;
- c) Aprovar o orçamento anual da Cooperativa;
- d) Aprovar o quadro de cargos, o plano de remuneração e estabelecer normas para a administração do pessoal;
- e) Deliberar sobre a eliminação ou exclusão de cooperado;
- f) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, sem prejuízo da convocação conforme autorizado pelo artigo 38, § 2º, da Lei nº 5.764/71;
- g) Instituir normas para a contabilidade e a administração dos recursos financeiros dos cooperados, que transitam pelo caixa da Cooperativa;
- h) Indicar o(s) delegado(s) para representar a Cooperativa, quando for o caso;
- i) Contrair obrigações, transacionar, ceder direitos e constituir mandatário;



- j) Adquirir, alienar ou onerar bens da Cooperativa, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- k) Expedir normas contendo as atribuições dos órgãos da estrutura administrativa da Cooperativa;
- l) Celebrar contratos, acordos e/ou convênios com outras entidades, necessários ao cumprimento do objeto social da Cooperativa;
- m) Autorizar a criação e a instalação de filiais e mudanças de endereço, quando se fizer necessário;
- n) Promover a concorrência entre instituições bancárias, para a movimentação e aplicação de recursos da Cooperativa e abertura de contas individuais destinadas aos repasses de honorários, visando sempre ao melhor atendimento e aos melhores benefícios à Cooperativa e aos cooperados;
- o) Aprovar normas de gestão e administração de filiais da Cooperativa, inclusive contratando ou designando administradores locais, cooperados ou não, que seguirão as suas diretrizes.

Art. 37. A Diretoria poderá criar comissões consultivas transitórias, integradas por cooperados ou representantes dos mesmos, para estudar assuntos específicos e propor soluções.

Art. 38. - Competirá ao Presidente:

- a) Supervisionar todas as atividades e negócios da Cooperativa, que deverão ser realizados em benefício dos cooperados, sem objetivo de lucro;
- b) Representar a Cooperativa, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo, para tal fim, assinar isoladamente os documentos necessários, constituir procurador e designar prepostos;
- c) Assinar, conjuntamente com outro Diretor, os acordos, contratos, convênios, bem como os cheques emitidos pela Cooperativa e outros documentos bancários, sendo que, na ausência ou impedimento do Presidente, declarado(a) pelos membros titulares do Conselho Fiscal, serão assinados conjuntamente pelo Diretor-Administrativo e pelo Diretor-Financeiro;
- d) Convocar e presidir as Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias e as reuniões da Diretoria;
- e) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual das atividades realizadas pela Cooperativa, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, e os planos de trabalho programados para o exercício em curso;
- f) Proferir o voto de desempate, se necessário.

Art. 39. - Competirá ao Diretor-Administrativo:

- a) Recrutar o pessoal adequado às necessidades funcionais da Cooperativa e orientar a sua administração;
- b) Suprir a Cooperativa de material e equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- c) Sugerir à Diretoria políticas e normas sobre os serviços administrativos;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente ou com o Diretor-Financeiro, no impedimento de um destes, os cheques e demais documentos emitidos pela Cooperativa;
- e) Estabelecer planos e programas específicos de atendimento ao cooperado;
- f) Estudar e propor a realização de campanhas de promoção e educação;
- g) Controlar os contratos de prestação de serviços assinados pela Cooperativa, bem como suas alterações ou aditamentos;
- h) Acompanhar e avaliar a execução, pelos cooperados, dos serviços contratados;



- i) Propor normas, instruções ou manuais que visem ao aperfeiçoamento e padronização dos serviços executados;
- j) Substituir o Presidente ou o Diretor-Financeiro em suas faltas e/ou impedimentos.

Art. 40. - Ao Diretor-Financeiro competirá:

- a) Prever e prover os recursos financeiros necessários às operações da Cooperativa, que não terão objetivo de lucro;
- b) Guardar e conservar os livros sociais, orientando e/ou fazendo seus registros;
- c) Promover a contabilização e controle das operações econômicas da Cooperativa;
- d) Coordenar a elaboração dos orçamentos anuais e acompanhar sua execução;
- e) Apurar os custos e propor a fixação das taxas correspondentes que deverão ser pagas pelos cooperados;
- f) Substituir outro Diretor em suas faltas e/ou impedimentos;
- g) Assinar, juntamente com o Presidente ou, na falta deste, com o Diretor-Administrativo, os cheques e demais documentos emitidos pela Cooperativa.

SEÇÃO V

Da Eleição da Diretoria

Art. 41. – A eleição da Diretoria será convocada pelo Presidente ou por seu substituto, em conformidade com as situações previstas neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - A convocação dos cooperados para a formação e inscrição das chapas concorrentes deverá ser feita no edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 42 - Em formulário de registro que será fornecido pela Cooperativa, os interessados indicarão a chapa concorrente, que deverá ser completa, contendo os nomes dos candidatos e os cargos para os quais estarão concorrendo.

Parágrafo Primeiro - Nenhum candidato poderá aceitar a indicação de seu nome para a disputa de mais de um cargo ou de cargos concomitantes na Diretoria.

Parágrafo Segundo - Se os componentes da Diretoria pleitearem a reeleição, não poderão todos eles concorrer pela mesma chapa, devido à obrigatoriedade de renovação prevista neste Estatuto.

Art. 43 - O pedido de registro de chapa, subscrito pelos concorrentes aos cargos eletivos da Cooperativa, será entregue ao Diretor-Administrativo ou ao seu substituto eventual, mediante protocolo ou recibo, e será numerado por ordem cronológica de apresentação, inclusive com a indicação do horário.

Parágrafo Primeiro - O registro de chapa será aceito, se requerido com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A contagem regressiva do prazo inicia-se no dia designado para a realização da Assembleia, contando-se este.

Art. 44 - As chapas serão rejeitadas se apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Estatuto. Da rejeição, que deverá ser comunicada a um dos membros da chapa em até 24h (vinte e quatro horas) horas após o pedido de registro, caberá recurso à Assembleia Geral.



Art. 45 - Até o início dos trabalhos da Assembleia Geral, se houver morte ou desistência por escrito de um candidato, poderá ser indicado substituto, desde que o pedido seja assinado pelos outros componentes da chapa.

Art. 46 - Se não houver chapas inscritas até o encerramento do prazo de registro, as inscrições poderão ser prorrogadas pelo Presidente até o início dos trabalhos da Assembleia Geral.

Art. 47. Caberá à Assembleia Geral escolher entre os cooperados presentes, não candidatos, um coordenador da eleição, e optar por um dos seguintes processos de votação:

- a) Por aclamação;
- b) Aberta;
- c) Secreta.

Parágrafo Primeiro – Se optar pela eleição secreta, serão instaladas cabinas e mesas de apuração na quantidade adequada à realização racional e criteriosa das eleições.

Parágrafo Segundo - O coordenador da eleição, ao entregar a cédula de votação ao cooperado, nela colocará sua assinatura ou rubrica.

Art. 48 - Antes de iniciados os trabalhos de votação secreta para a Diretoria, cada chapa poderá indicar um fiscal representante para acompanhar os trabalhos de votação e apuração, com poderes para protestar e impugnar irregularidades, que serão julgadas pela Assembleia.

Parágrafo Primeiro - Apurados os votos, a chapa mais votada será considerada eleita e, se houver empate, será declarada vencedora aquela que, sucessivamente: a) apresentar maior tempo de cooperação, somando-se os tempos de filiação à cooperativa de cada componente; ou b) tiver resultado maior, somando-se a idade de seus componentes.

Parágrafo Segundo - Concluídos os trabalhos de votação e apuração, serão consignados na ata da Assembleia o resultado das eleições, o total de votos apurados, os votos brancos, nulos e também as impugnações, se houver, além das principais ocorrências que mereçam registro.

Art. 49. - Os eleitos serão empossados imediatamente ou em até 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia, neste caso com a assinatura do termo de posse lavrado pelo Diretor-Administrativo em exercício.

Art. 50. Com a posse, os diretores eleitos ficam investidos de todos os direitos e assumem as obrigações previstas na lei e neste Estatuto Social, mesmo antes do registro da ata da Assembleia e/ou do termo de posse no órgão competente.

SEÇÃO VI

Do Conselho Fiscal

Art. 51 - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos cooperados em pleno gozo dos seus direitos, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.



Art. 52 - Serão impedidos de integrar o Conselho Fiscal, além dos inelegíveis, aqueles que tenham laços de parentesco entre si ou com os membros da Diretoria até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

Parágrafo Primeiro - Serão inelegíveis para o Conselho Fiscal, além de pessoas impedidas por lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência e as relações de consumo.

Parágrafo Segundo – Verificados eventuais impedimentos legais ou estatutários após a realização das eleições, os conselheiros impedidos perderão automaticamente o mandato.

Art. 53 - Competirá ao Conselho Fiscal acompanhar, orientar e exercer assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão;
- II. Examinar e emitir pareceres sobre o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- III. Solicitar à Diretoria a contratação de assessoria de auditores ou peritos especiais, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- IV. Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- V. Examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamentos anuais ou plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- VI. Propor o estabelecimento de rotinas e prazos de apresentação de balancetes, balanços, demonstrativos financeiros e prestação de contas;
- VII. Recomendar à Diretoria o aprimoramento e correções necessárias ao bom desempenho nos setores contábil, financeiro e orçamentário;
- VIII. Submeter à apreciação da Diretoria propostas de alterações julgadas convenientes, ou imprescindíveis, com base no resultado de análises, supervisão direta ou relatórios de auditoria externa;
- IX. Solicitar a realização de perícias contábeis, sempre que houver necessidade;
- X. Analisar os balancetes mensais e demais demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários;
- XI. Solicitar o comparecimento de técnicos e de membro(s) da Diretoria às reuniões, para esclarecimentos necessários ao exame e decisão das matérias de competência do Conselho Fiscal;
- XII. Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem, em volume, quantidade e valor às previsões feitas, e às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- XIII. Verificar se a cooperativa estabelece privilégios financeiros ou não a detentores de cargos eletivos, funcionários e terceiros;
- XIV. Verificar se a cooperativa está cumprindo regularmente com os compromissos financeiros assumidos;
- XV. Verificar se os cooperados estão regularizando os compromissos assumidos com a cooperativa nos prazos convencionados;
- XVI. Verificar se o recebimento dos créditos da cooperativa é feito com regularidade;
- XVII. Apurar eventuais reclamações dos cooperados sobre os serviços prestados pela cooperativa, ou denúncias de erro ou dolo na atuação da diretoria;
- XVIII. Verificar se os extratos bancários conferem com a escrituração da cooperativa;
- XIX. Conferir o saldo dos numerários existentes em disponibilidade;



XX. Certificar se existem exigências e ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem como junto aos órgãos cooperativistas e com empregados, verificando também se os mesmos estão dentro dos limites estabelecidos;

XXI. Averiguar se os ativos representam a realidade do volume dos recursos colocados à disposição do negócio cooperativo, se estão avaliados corretamente, bem como a sua existência física;

XXII. Verificar se o montante das despesas e das inversões realizadas está de conformidade com os planos e decisões da diretoria;

XXIII. Certificar se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição, solicitando imediatas providências para sua regularização;

XXIV. Verificar se as ações e orçamentos propostos e aprovados em Assembleia Geral foram executados e, caso contrário, se estão devidamente justificados e relatados na prestação de contas da gestão;

XXV. Informar à Diretoria sobre as conclusões de seus trabalhos;

XXVI. Informar à Diretoria sobre as irregularidades constatadas e convocar a Assembleia Geral;

XXVII. Atender às solicitações dos cooperados que tenham por objeto a verificação das operações, atividades e serviços da cooperativa.

Parágrafo Único – Para os exames e verificação dos livros, contas, relatórios de gestão e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal requisitar e/ou solicitar a contratação de assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria interna e externa, correndo as despesas por conta da cooperativa.

Art. 54 - Os conselheiros fiscais farão jus à cédula de presença em reunião, cujo valor será fixado pela Assembleia Geral Ordinária.

SEÇÃO VII

Da Eleição do Conselho Fiscal

Art. 55. As chapas concorrentes ao Conselho Fiscal, que deverão ser completas (membros efetivos e suplentes), deverão se inscrever na sede da cooperativa com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da Assembleia Geral. A contagem regressiva do prazo será iniciada no dia designado para a realização da Assembleia, contando-se este.

Art. 56 - O pedido de registro de chapa, assinado por todos os candidatos, será entregue ao Diretor-Administrativo ou ao seu substituto eventual, mediante protocolo ou recibo, e será numerado por ordem cronológica de apresentação, inclusive com a indicação do horário.

Art. 57. As chapas candidatas serão rejeitadas se apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Estatuto. Da rejeição, que deverá ser comunicada a um dos membros da chapa em até 24h (vinte e quatro horas) após o pedido de registro, caberá recurso à Assembleia Geral.

Art. 58. Se não houver chapas inscritas até o encerramento do prazo, os pedidos de registros de chapas poderão ser prorrogados pelo Presidente para até o início dos trabalhos da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Se ainda assim não houver inscrição de chapas, serão admitidas candidaturas individuais de cooperados.



Art. 59. A assembleia escolherá, dentre os presentes não candidatos, um cooperado que assumirá a função de coordenador da eleição, que poderá ser o mesmo cooperado referido no art. 47.

Art. 60. Caberá à Assembleia Geral optar por um dos seguintes processos de votação:

- a) Por aclamação;
- b) Aberta;
- a) Secreta.

Art. 61. No caso de eleição secreta, serão instaladas cabinas e mesas de apuração na quantidade necessária à realização racional e criteriosa das eleições. O coordenador da eleição, ao entregar a cédula de votação ao cooperado, nela colocará sua assinatura ou rubrica.

Parágrafo Primeiro - Os candidatos poderão votar e acompanhar os trabalhos de votação e apuração, com poderes para protestar e impugnar irregularidades, que serão julgadas pela Assembleia.

Parágrafo Segundo - Apurados os votos, a chapa mais votada será considerada eleita e, se houver empate, será declarada vencedora aquela que, sucessivamente: a) apresentar maior tempo de cooperação, somando-se os tempos de filiação à cooperativa de cada componente; ou b) tiver resultado maior, somando-se a idade de seus componentes.

Parágrafo Terceiro - Concluídos os trabalhos de votação e apuração, serão informados na ata da Assembleia o resultado das eleições, o total de votos apurados, os votos brancos, nulos e também as impugnações, se houver, além das principais ocorrências que mereçam registro.

Art. 62. Os eleitos serão empossados imediatamente ou em até 5 (cinco) dias úteis após a data da Assembleia, neste caso com a assinatura do termo de posse lavrado pelo Diretor Administrativo em exercício.

CAPÍTULO VII

Do Balanço, Sobras, Perdas e Fundos.

Art. 63 - O balanço geral, incluída a demonstração de sobras ou perdas, será levantado no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 64 - Os seguintes percentuais serão deduzidos das sobras apuradas:

- a) 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;
- b) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.

Parágrafo Primeiro – Poderá a Assembleia Geral criar outros fundos, além dos previstos acima, com recursos e destinações específicas, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Parágrafo Segundo – O Fundo de Reserva e o FATES serão indivisíveis entre os cooperados.



Art. 65 - As sobras líquidas apuradas serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações realizadas com a Cooperativa, salvo deliberação diversa da Assembleia.

Art. 66 - As perdas apuradas e não absorvidas pelo Fundo de Reserva serão rateadas entre os cooperados na razão direta dos serviços usufruídos, ou em partes iguais, a critério da Assembleia.

Art. 67 - O Fundo de Reserva será destinado a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Parágrafo Primeiro - Além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras apuradas no balanço geral do exercício, serão revertidos em favor do Fundo de Reserva:

- a) Os auxílios e doações sem destinação especial;
- c) Créditos não reclamados pelos cooperados, após decorridos 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo - O Fundo de Reserva será indivisível entre os cooperados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, sendo integralmente recolhido em favor da União o seu saldo remanescente.

Art. 68 - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, será destinado aos cooperados, mas poderá ser estendido aos seus familiares e aos empregados da Cooperativa, na forma aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - A assistência prestada com os recursos do FATES poderá ocorrer por meio de convênios ou contratos com empresas ou entidades especializadas, públicas ou privadas.

Parágrafo Segundo – Se aprovado em Assembleia, os valores do FATES poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a compra ou construção de imóveis, desde que nestes funcione, pelo menos, um Centro Cultural e Social de apoio aos cooperados e/ou aos funcionários.

CAPÍTULO VIII

Dos Livros Sociais

Art. 69 - A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

- a) De matrícula dos cooperados;
- b) De atas das Assembleias Gerais;
- c) De atas das reuniões de Diretoria;
- d) De atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- e) De presença dos associados nas Assembleias Gerais;
- f) Outros livros fiscais e contábeis obrigatórios.

Parágrafo Único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou de fichas.

Art. 70 - No livro ou ficha de matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) o nome, idade, estado civil, nacionalidade, residência, profissão e número de registro no respectivo Conselho de classe;
- b) a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;



c) a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social, cujos registros serão processados pela contabilidade.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 71 - A Cooperativa se dissolverá voluntariamente:

I – Devido à alteração de sua forma jurídica;

II – Quando o número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou seu capital social mínimo se tornar inferior ao estipulado neste Estatuto, salvo se até a realização da Assembleia Geral subsequente, em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles forem restabelecidos;

III - Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias;

IV – Quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os cooperados, totalizando o número de 20 (vinte), não se disponham a assegurar a sua continuidade.

Art. 72 – A Cooperativa não se sujeita ao cumprimento da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, em face da exclusão prevista no seu art. 1º, parágrafo único, inciso IV.

Art. 73 - A Cooperativa, quando não houver expresso impedimento legal, poderá fazer uso de recursos tecnológicos e/ou de informática para o cumprimento do seu objeto social, no relacionamento com os cooperados e/ou com terceiros, na comunicação interna e externa e para a realização de assembleias, reuniões e eventos.

Art. 74. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Assembleia, em consonância com os princípios doutrinários e legais.

Este Estatuto Social foi aprovado em assembleia de constituição da Cooperativa, realizada em ____ de _____ de ____.





**Agilidade, ética e foco nas
necessidades da sua cooperativa**

fencom.com.br
(31) 3232 5050
fencom@fencom.com.br

